



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 13 de Janeiro de 2010 (15.01)
(OR. en)**

5314/10

COPEN 10

NOTA DE ENVIO

de:	Janusz Gaciarz, Ministro Conselheiro, Representação Permanente da Polónia junto da União Europeia
para:	Ivan Bizjak, Director-Geral, Direcção-Geral H (Justiça e Assuntos Internos) do Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia
data de recepção:	22 de Outubro de 2009
Assunto:	Decisão-Quadro 2006/783/JAI, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda – Carta de notificação da Polónia

Em complemento à carta de notificação WSISW/MF/4023/24-70/09 de 29 de Julho de 2009, junto tenho a honra de enviar a lista das autoridades competentes, bem como a declaração da República da Polónia nos termos do artigo 7.º, n.º 5, da *Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda*.

(Fórmula de cortesia)

Janusz Gaciarz
Ministro Conselheiro

Notificação da República da Polónia nos termos da Decisão-Quadro 2006/783/JAI,
de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de
perda

A República da Polónia declara que as autoridades competentes polacas, na acepção do artigo 3.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, são:

– nos casos em que a República da Polónia é o Estado de emissão: os tribunais regionais e distritais com competência territorial;

– nos casos em que a República da Polónia é o Estado de execução: os tribunais distritais com competência territorial.

As autoridades responsáveis pela recepção das decisões, acompanhadas das certidões, de outros Estados-Membros, são os tribunais distritais com competência territorial. Estas autoridades poderão ser contactadas nos endereços indicados no Anexo "Tribunais regionais e distritais na Polónia".

A autoridade responsável por assistir as autoridades competentes (artigo 3.º, n.º 2, da Decisão-Quadro) é o Departamento de Cooperação Internacional e Direito Europeu do Ministério da Justiça da República da Polónia.

Ministerstwo Sprawiedliwości Rzeczypospolitej Polskiej

Departament Współpracy Międzynarodowej i Prawa Europejskiego

Aleje Ujazdowskie 11, 00-950 Warsaw, Poland

Tel. +48 22 2390 870

Fax +48 22 6280 949

e-mail dwm@ms.gov.pl

www <http://www.ms.gov.pl>

O Ministério da Justiça é a autoridade competente, na República da Polónia, pela celebração de acordos com outros Estados-Membros sobre a alienação de bens apreendidos ou perdidos pela República da Polónia com base numa decisão de apreensão ou de perda (artigo 16.º, n.º 4, da Decisão-Quadro).

Declaração da República da Polónia nos termos do artigo 7.º, n.º 5, da Decisão-
-Quadro 2006/783/JAI, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do
reconhecimento mútuo às decisões de perda

Nos termos do artigo 7.º, n.º 5, da Decisão Quadro 2006/783/JAI, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, a República da Polónia declara que as suas autoridades competentes não reconhecerão, nem executarão, as decisões de perda em circunstâncias em que a perda dos bens tenha sido decidida ao abrigo dos poderes alargados de declaração da perda previstos no artigo 2.º, alínea d), ponto iv) da Decisão-Quadro.
